

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
REQUERIMENTO Nº DE 2018.
(do Sr. Felix Mendonça Júnior)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a securitização de créditos e seus impactos na geração de dívida pública e na destinação de arrecadação tributária.

Senhor Presidente,

Requeremos, com base nos artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para discutir a securitização de créditos e seus impactos na geração de dívida pública e na destinação de arrecadação tributária, objeto do PLP 459 de 2017, que trata da cessão de direitos sobre créditos tributários e não tributários dos entes da Federação e também objeto do PL 3.337/2015, que dispõe sobre a cessão de créditos da Dívida Ativa da União a pessoas jurídicas de direito privado, com os seguintes convidados:

- Maria Lucia Fattorelli – Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida
- Achilles Linhares de Campos Frias – Presidente do SINPROFAZ - Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional
- Floriano Martins de Sá Neto – Presidente da ANFIP – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
- Carmen Bressane – Advogada, coordenadora do Núcleo/SP da Auditoria Cidadã da Dívida
- Antônio Gomes de Vasconcelos – Professor da Faculdade de Direito da UFMG

JUSTIFICATIVA

O PLP 459/2017 visa introduzir, na legislação federal brasileira, autorização para implantação de modelo de SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS. Além deste, é importante também incluir no debate o PL 3.337/2015, que está relacionado ao mesmo tema.

O modelo de Securitização de Créditos já foi implantado em alguns estados e municípios e tem sido objetos de questionamentos por diversos órgãos de controle regionais e nacional, conforme resumo inserido no texto Alerta aos Deputado(as), disponível em <<https://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2017/12/ALERTA-CONTRA-O-PLP-459-2017-AOS-DEPUTADOS-E-DEPUTADAS-FEDERAIS.pdf>> .

No dia 29 de maio de 2018, a Comissão de Finanças e Tributação realizou uma audiência pública para debater o referido PLP 459/2017, porém, deixou de convidar as entidades representantes da sociedade civil que mais têm debatido o referido PLP, e apontado diversas preocupações conforme argumentação resumida no artigo disponível em <<https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2018/03/PLP-459-2017-DESVIA-ARRECADACAO-TRIBUTARIA.pdf>> .

Portanto, faz-se urgente e necessária a realização de uma nova audiência pública, que dê voz às entidades que têm alertado sobre o assunto, a fim de que esta Comissão possa conhecer e avaliar melhor os referidos projetos.

Sala das Sessões, em de junho de 2018.

Deputado Felix Mendonça Júnior
PDT/BA